

imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista – um estudo quantitativo dos contratos de parceria*

Bruno Gabriel Witzel de Souza**

Mestrando Georg-August Universität Göttingen -Development Economics Department (Mestrando)

RESUMO

O presente artigo busca lançar uma nova abordagem para o tema das potencialidades do sistema de parceria como forma de relações trabalhistas livres na lavoura cafeeira paulista entre 1840-1870, sobretudo considerando as primeiras fases de contratação da mão-de-obra europeia: no estudo em questão, são abordados contratos de imigrantes alemães alocados à Fazenda Ibicaba, em Limeira. Baseando-se no balanço da colônia para os pioneiros alemães de 1847, são realizados dois estudos quantitativos: (i) um contra-factual para determinar o peso relativo das cláusulas de controle adicionadas na década de 1850; e (ii) modelos econométricos para testar algumas hipóteses subjacentes à literatura, principalmente no que diz respeito à questão da falha estrutural nos contratos de parceria (espiral de endividamento

ABSTRACT

This paper intends to use a new approach to the issue of the potentialities from the sharecropping system (“sistema de parceria”) as a way towards free-labour relations in the coffee plantations from São Paulo in the period 1840-1870, specially considering the first moments in the hiring of European labour force: in the study, it is made use of labour contracts signed by German immigrants in Fazenda Ibicaba, Limeira. Two quantitative studies are performed based on the balance sheet for the German pioneers in the colony, in 1847: (i) a counter-factual exercise to determine the relative burden represented by new control clauses added in the 1850s; and (ii) econometric models in order to test some underlying literature hypotheses, mainly those concerning structural failures in sharecropping contracts (continued indebtedness and desincen-

* Submetido: setembro 2012; aceito dezembro, 2012.

** Agradecimentos ao Prof. Rodrigo José Marin pelo auxílio com a submissão do artigo, ao Prof. Dr. Renato Perim Colistete (FEA-USP) pela orientação em Trabalho de Conclusão de Curso e Iniciação Científica, além do amplo suporte para este artigo, e a Paula Beatriz Mian pelas sugestões e revisão crítica; agradeço ainda a Werner Paulo Oesterle (Email: poesterle@irapida.com.br) pela tradução do trabalho à língua alemã. Email: bruno.witzel@gmail.com

e desincentivos continuados). O último ponto é abordado opondo as perspectivas historiográficas de Warren Dean e Emilia Viotti da Costa, que tratam, respectivamente, de problemas institucionais na aplicação de contratos equilibrados vs falhas estruturais nos próprios contratos.

Palavras-chave: Sistema de Parceria e Contratos, Imigração Alemã, Mercado de Trabalho Livre

tives). This last point is addressed by opposing the historiographic perspectives of Warren Dean and Emilia Viotti da Costa, who deal with the question based, respectively, on institutional problems in the appliance of equilibrated contracts vs structural failures in the contracts themselves.

Key-words: Sharecropping System (“Sistema de Parceria”) and Contracts, German Immigration, Free Labour Markets

Introdução

Em agosto de 1846 foi instituído o Livro de Abertura da Colônia Senador Vergueiro, Fazenda Ibicaba, na qual chegaram poucos meses depois, em 1847, os primeiros 364 alemães para dar início à colônia (GENTIL, 1851: 62). Iniciou-se a partir daí um fluxo imigratório fundamental à constituição econômica, social e institucional do mercado de trabalho livre brasileiro: durante as décadas de 1850 e 1860 essa corrente imigratória se espalhou por grande parte do território paulista ligado à produção cafeeira, para o qual imigrantes alemães, suíços e portugueses foram encaminhados para trabalhar sob o chamado sistema de parceria¹.

O presente trabalho busca discutir algumas das hipóteses levantadas na historiografia sobre as potencialidades do sistema de parceria e sobre o funcionamento dos mecanismos contratuais aplicados àqueles imigrantes. Utilizando dados de endividamento e de produção dos primeiros imigrantes alemães contratados sob o sistema de parceria, são propostos modelos que visam testar a relevância de variáveis como número de membros familiares, profissão do chefe da família, quantidade de cafeeiros cultivados e colheita ao longo do tempo para explicar o saldo dessas primeiras famílias.

¹ Além dessas nacionalidades principais também houve a entrada de holandeses e belgas. Não se deve desconsiderar, ademais, a presença significativa de brasileiros também empregados sob o sistema de parceria.

Dado que os imigrantes assinavam os seus contratos ainda na Europa, muitas vezes sob a pesada influência da propaganda pró-emigração realizada pelas agências de emigração e companhias de navegação, frequentemente observam-se expectativas exageradas quanto às condições brasileiras. Além disso, embora as características essenciais do sistema de parceria não tenham se alterado em seus pontos principais, os contratos assinados estão longe de ser homogêneos, tanto ao longo do tempo quanto entre as fazendas. Frente a esses dois pontos, também se discute como as diferentes percepções sobre os contratos podiam levar a situações conflituosas e como as alterações contratuais influíam nos mecanismos de incentivo e controle que atuavam sobre os trabalhadores.

Finalmente, no cerne da discussão sobre o sistema de parceria, duas perspectivas historiográficas se opõem. Uma delas busca demonstrar que tal forma de organização do trabalho estava fadada ao fracasso por conta de sua estruturação, já que não forneceria lucro ao fazendeiro e tendia apenas a aumentar a espiral de dívidas dos colonos. A visão oposta é a de que o sistema funcionava relativamente bem e poderia ter logrado sucesso; no entanto, impeditivos de caráter institucional, como a incapacidade de lidar com as demandas de trabalhadores livres em uma sociedade essencialmente escravista, teriam levado à não aplicação dos contratos e à incapacidade de alterar as relações estabelecidas, de modo a dirimir ou evitar conflitos. A proposição deste artigo é contribuir com essa discussão por meio de uma análise quantitativa.

De modo a atender esses objetivos, o trabalho divide-se em três seções. A primeira fornece um panorama geral da imigração alemã e suíça para a Província de São Paulo. Na sequência, são tratadas as principais características do sistema de parceria e algumas alterações pelas quais passaram os contratos. A terceira seção traz a análise quantitativa separada em dois tópicos: de início, são propostos modelos econométricos para discutir algumas hipóteses levantadas na historiografia sobre o funcionamento do sistema de parceria; posteriormente, os saldos dos colonos são calculados em dois blocos – inicialmente, consideram-se as diferentes interpretações de colonos e proprietários sobre seus contratos; depois, é realizado um exercício hipotético, no qual se aplica para os contratos de 1847 as cláusulas da década de 1850, que elevaram os ônus sobre os imigrantes, com o objetivo de verificar se essas novas medidas de controle eram realmente efetivas.

O sistema de parceria e a imigração germânica

Já no início da década de 1840 a pressão da demanda por mão de obra nas áreas de expansão da lavoura cafeeira e a problemática da oferta de escravos por conta das questões sobre o tráfico negreiro começaram a requerer formas alternativas de obtenção de força de trabalho para um setor econômico em expansão². É nesse contexto que se inserem as primeiras tentativas de contratação de mão de obra livre, sobretudo imigrante. Em 1840, na Fazenda Ibicaba, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro contratou cerca de 90 portugueses para trabalharem sob um regime que, posteriormente, se consolidou como base do sistema de parceria. Embora possam ter existido outras causas, as agitações políticas de 1842, com as quais o Senador possuía ligações, são comumente apontadas como um dos motivos do fracasso dessa tentativa inicial³.

O Senador Vergueiro voltou a empreender uma tentativa de imigração, desta vez em 1846, focando-se no centro-norte da Europa. Naquele ano, o Senador havia fundado, com seus filhos José e Joaquim, além de Antonio de Freitas Caldas, a Vergueiro & Cia., empresa que atuou decisivamente na imigração alemã e suíça para São Paulo e que esteve no foco das principais disputas com os colonos. Em função de uma autorização de 200.000 mil-réis concedidos pelo orçamento do Império a particulares que se envolvessem na contratação de estrangeiros para o trabalho na lavoura, em junho de 1847 chegaram a Santos 423 colonos, sendo 401 encaminhados à fazenda Ibicaba para a recém-inaugurada Colônia Senador Vergueiro⁴.

Estava dado o primeiro passo de uma longa jornada de relações entre os Estados alemães, os Cantões suíços e a Província de São Paulo.

Diferentemente da experiência inicial com os portugueses, esse empreendimento imigratório com os alemães logrou êxito, ao menos

² CALÓGERAS, 1998: 350 ss.

³ Sobre a imigração portuguesa especificamente, conferir HEFLINGER, 2007: 26-31.

⁴ Carta de Nicolau de Campos Vergueiro ao Presidente da Província de São Paulo em 6 de Janeiro de 1852 – APESP: Lata C07212 – Colônias; Perret Gentil apresenta números um pouco diferentes para essa primeira leva de imigrantes. Segundo ele, 364 indivíduos foram reunidos em Mainz, prosseguindo até Arnheim e depois Amsterdã, para finalmente seguirem até Hamburgo, onde foram embarcados em dois navios (GENTIL, 1851: 62).

parcial. Se por um lado é verdade que as afirmações de pleno contentamento e de sucesso econômico dos imigrantes eram, basicamente, propaganda nos jornais de emigração nos Estados alemães e na Suíça, por outro é também fato que a marcha imigratória cresceria aceleradamente na década seguinte.

A imigração tornou-se um negócio em si mesmo, envolvendo agências, engajadores, companhias de navegação, comissariado e meios de comunicação. Em 1852, Vergueiro & Cia. havia assinado um contrato com o Governo da Província de São Paulo para a introdução de mão de obra europeia, obtendo empréstimos livres de juros pelo prazo de três anos. Nesse período, a Casa Vergueiro deveria importar 1500 colonos⁵. O sucesso do empreendimento justificou sua renovação já em 1854: o Governo Provincial requeria a introdução de mil colonos por ano na Província de São Paulo⁶.

A primeira metade da década de 1850 marcou-se pela efervescência do processo imigratório de alemães e suíços para o interior paulista e pelo aumento significativo de unidades agrícolas empregando mão de obra estrangeira segundo o sistema de parceria ou sob sistemas de trabalho semelhantes e mistos, como o pagamento de jornais, estipulação de remunerações fixas etc. Em levantamento realizado para o período de 1847 a 1860 foi observada a existência de nada menos que 109 estabelecimentos reportando-se aos ofícios da Presidência da Província e que informavam empregarem o sistema de parceria (WITZEL SOUZA, 2011: 12-13).

No entanto, os anos de 1856 e 1857 foram decisivos justamente por reverterem a tendência de crescimento que se observava nas entradas de imigrantes. A Revolta dos Parceiros (na qual colonos suíços e alguns alemães levantaram-se contra o que consideravam descumprimentos de seus contratos) e sua repercussão internacional influíram grandemente sobre o processo de imigração dos povos de língua alemã em São Pau-

⁵ Relatório sobre Ofícios enviados ao Presidente da Província – APESP: Lata C07213 – Colônias; Nota: o termo “importar” foi empregado no corpo do texto da mesma maneira que era utilizado em diversos documentos à época.

⁶ “O Inspector da Thesouraria Provincial transmite ao Senhor Contador Provincial o traslado do contracto entre o Governo da Província e a Casa Vergueiro e Companhia, relativamente à colonização para sua intelligencia”, 12 de Outubro de 1854, Thesouraria – APESP: Lata C6045 – Contratos e Ordens de Serviço e Compras, 1852-1858.

lo e marcaram o início de uma nova fase. Por conta desse movimento ocorreram duas inspeções internacionais de autoridades suíças, e foi promulgado na Prússia o Rescrito de Heydt⁷. Este proibiu a propagação de imigração para a Província de São Paulo na Prússia e, em 1871, foi estendido a todo o Império Alemão, além de tomar outras providências para dificultar o engajamento de alemães para trabalharem no Brasil (IOTTI, 2001: 7).

Após esses episódios, inicia-se o que pode ser considerado como o período da imigração germânica tardia, que perdura do início da década de 1860 e estende-se até meados da década de 1870.

Não há dúvidas que, por conta das medidas restritivas, a imigração germânica para São Paulo diminuiu sensivelmente. Contudo, houve a permanência de alguns fluxos que merecem ser considerados. É notável que, enquanto entre 1847 e meados de 1850 tenha havido a quase hegemonia de Vergueiro & Cia., agora outros fazendeiros contratavam seus próprios colonos (HEFLINGER, 2007: 87-92). Além disso, a Sociedade Auxiliadora da Imigração passou a atuar como a principal responsável pela entrada dos imigrantes oriundos da Alemanha, mas mantendo basicamente os mesmos pontos de engajamento anteriormente utilizados pelos particulares (WITZEL SOUZA, 2011: 30-33).

Por esse panorama geral, é possível identificar quatro fases no processo de imigração germânica para o interior da Província de São Paulo. No período 1847-1852, Vergueiro & Cia. atuou como uma empresa de engajamento de trabalhadores apenas para suas próprias terras. A segunda fase, de 1852 a 1857, foi marcada pela expansão das atividades de engajamento, de modo que a companhia passou a obter mão de obra para outras unidades agrícolas, ocorrendo uma expansão dos estabelecimentos que empregavam o sistema de parceria. Devido aos distúrbios de 1856 inicia-se a terceira fase, marcada pelas inspeções internacionais e avaliações das potencialidades daquela forma de emprego do trabalho livre. Finalmente, o período tardio (a partir de 1860) caracteriza-se pela sensível diminuição das entradas dos imigrantes germânicos, passando a destacar-se agora a atuação da Sociedade Auxiliadora da Imigração.

⁷ DAVATZ, 1972 e TSCHUDI, 1980 trazem os relatos contemporâneos dessas duas figuras envolvidas diretamente com os eventos relacionados à Revolta dos Parceiros.



Potencialidades do sistema de parceria

A importância da parceria como uma forma inicial de contornar a crescente escassez de mão de obra escrava nas lavouras cafeicultoras paulistas é inegável; igualmente relevantes foram os efeitos sociais, econômicos e institucionais da imigração realizada nessas décadas. De outro lado, no entanto, ainda existe uma questão não completamente resolvida acerca das potencialidades do sistema de trabalho que se empregou com esses imigrantes: os mecanismos contratuais do sistema de parceria eram equilibrados, ou sua própria estruturação tendia a gerar conflitos entre proprietários e colonos?

Embora o sistema de parceria tenha sofrido alterações significativas em seus mecanismos ao longo do tempo pode-se dizer que seu cerne permaneceu praticamente o mesmo ao longo das mais de três décadas em que foi empregado. Seus principais componentes referiam-se ao: (i) endividamento do imigrante por meio de pagamento de passagens e de adiantamentos para sua manutenção nos primeiros anos; (ii) divisão (meação) dos resultados econômicos entre o fazendeiro e o colono.

De outro lado, dentre as principais diferenças encontradas entre os contratos, destacam-se: (i) permissão para cultivar mantimentos; (ii) formas de divisão dos gêneros alimentícios cultivados pelos colonos; (iii) aplicação dos estatutos da fazenda; (iv) julgamentos de litígios entre colonos e fazendeiros referentes aos contratos; (v) divisão dos custos de produção. Além disso, ocorreram alterações contratuais ao longo do tempo, das quais duas merecem destaque no presente trabalho. Já foi observado que, a partir de 1852, Vergueiro & Cia. passou a atuar como empresa de engajamento de mão de obra para outros proprietários. Por conta disso, foi instituída a cláusula que permitia que a firma transferisse os colonos para outros fazendeiros: com isso, a companhia também começou a cobrar uma comissão de dez mil réis por membros maiores de oito anos e de cinco mil para crianças entre um e oito anos; em diversos casos, tal cobrança foi realizada independentemente de os colonos as possuírem ou não em seus contratos. Foi também estabelecida uma cláusula pela qual os colonos se comprometiam a contribuir com quatrocentos réis por alqueire de café colhido até que pudessem beneficiar por si mesmos a própria produção. Tais alterações serão analisadas quantitativamente no próximo tópico.



No momento, é importante destacar as diferentes perspectivas relativas aos potenciais da parceria. Sob as condições apresentadas, surge o questionamento de se o sistema de parceria era viável, mas falhou por conta da aplicação enviesada das cláusulas dos contratos, em prol dos fazendeiros, ou se possuía características que o tornavam inviável em função de seus próprios mecanismos. Argumentando em favor da primeira hipótese, Warren Dean salienta que os débitos das famílias podiam ser saldados em um prazo razoável, mesmo quando sobre elas influíam anos de baixo rendimento das colheitas (DEAN, 1977: 108-111). De outro lado, Emilia Viotti da Costa salienta que, já em 1857, a experiência da parceria demonstrara não lograr sucesso: o descontentamento de ambas as partes com os termos de seus contratos aponta falhas inerentes ao seu próprio funcionamento (VIOTTI DA COSTA, 1998: 126-130).

Os documentos primários também trazem uma cisão sobre o modo pelo qual o sistema de parceria era encarado. Assim se expressa, por exemplo, Cândido José da Silva Serra, proprietário da Fazenda do Tatu, em Limeira: “O systema que tenho adoptado he o de parceria, e he justamente este systema que na minha opinião o que melhor convém reciprocamente aos Fazendeiros e aos Colonos [...]”⁸. Antonio de Sousa Barros, proprietário da Fazenda S. Lourenço, em Constituição, vai além em sua argumentação: “[...] é tão grande o interesse que os colonos colhem por esse systema que muito duvido que outro qualquer lhes possa convir, em quanto ao menos se conservar o preço alto do café [...]”⁹. E para o proprietário: “[...] é também vantajoso o systema porque com elle obtém os braços tão necessários à sua lavoura, dando-lhe um interesse, senão igual ao obtido por braços escravos, ao menos mais moral”¹⁰.

Em oposição, propositores de outras formas de imigração, como a promoção da entrada de estrangeiros pelo provimento de lotes públicos, forneceram os principais argumentos contrários à parceria. Defendendo

⁸ Resposta de Candido José da Silva Serra ao Ofício do Dr. F. D. P. de Vasconcellos, Limeira, 26.12.1856 – APESP: Lata C07213 – Colônias.

⁹ Resposta de Luiz Antonio de Sousa Barros ao Ofício do Presidente da Província de São Paulo, Josino do Nascimento Silva, São Paulo, 03.04.1854 – APESP: Lata C07213 – Colônias.

¹⁰ Ibidem.

um sistema de leilões de pequenos lotes, tal qual o modelo norte-americano, o Visconde de Abrantes argumentava que o sistema de parceria era negativo por duas razões que, em termos de teoria econômica, podem ser colocadas como: (i) seleção adversa, pois instalaria apenas a vinda de indivíduos já propensos ao não pagamento das dívidas que assumiam; (ii) desincentivos: na medida em que uma família não conseguia saldar suas dívidas, seu estímulo à produção diminuía sensivelmente (ABRANTES, 1846: 14-16).

Conforme se buscará demonstrar no próximo tópico, os mecanismos de incentivo e controle do sistema de parceria funcionavam de maneira efetiva. De outro lado, as perspectivas diferenciadas sobre os termos dos contratos levavam a expectativas muito díspares entre colonos e proprietários sobre os ganhos potenciais da parceria.

Assim, um ponto levantado por este trabalho é o de que o sistema de parceria não era essencialmente falho, mas sua aplicação o foi em muitos sentidos. De um lado, concorda-se aqui com Viotti da Costa quando ela afirma que os sucessos e fracassos da parceria não devem ser particularizados, sendo imputados a esse ou aquele indivíduo (a Vergueiro & Cia., ao líder da Revolta dos Parceiros etc.) ou a essa ou aquela parte (fazendeiros, colonos alemães ou suíços etc.), mas avaliados de maneira mais geral, observando o sistema como um todo. Porém, discorda-se que fosse essencialmente falho: seus problemas decorrem de sua aplicação e da rigidez, que não permitia que os mecanismos de incentivo e controle fossem alterados a tempo para dirimir ou evitar situações conflituosas e adequar corretamente as expectativas.

Outros três argumentos podem ser levantados em prol dessa perspectiva inicial.

As duas falhas principais apontadas por Viotti da Costa como evidência do fracasso do sistema de parceria referem-se a: (i) não geração de lucro a partir desta forma de emprego do trabalho livre ao fazendeiro e (ii) impossibilidade dos colonos saldarem suas dívidas em um prazo razoável.

O primeiro argumento parece não se sustentar quando se considera a quantidade de colônias que se espalharam pelo Oeste Paulista em um intervalo realmente curto de tempo. É verdade que a grande maioria simplesmente desapareceu pouco tempo depois, mas é razoável supor que o sistema de parceria tenha sido adaptado para novas relações con-

tratuais. Além disso, embora muitos relatos de fazendeiros demonstrem um quadro sombrio e existam diversos documentos consulares alemães e suíços evidenciando a situação penosa de muitos de seus concidadãos, não faltam, por outro lado, relatos do sucesso da aplicação das cláusulas da parceria e o benefício mútuo daí advindo. Ademais, situações de conflito e descumprimento contratual podiam coexistir, em uma mesma fazenda, com bons relacionamentos e completa quitação das dívidas (WITZEL DE SOUZA, 2011: 52-60).

O segundo ponto, por sua vez, parece basear-se excessivamente nas alegações dos colonos de estarem submetidos a uma “escravidão branca”, tendo por grilhões os seus contratos. Por mais eficiente que fosse esse argumento no sentido de tolher na Alemanha a emigração para o Brasil, o próprio J. J. von Tschudi reconheceu o exagero do termo e a inexistência de qualquer experiência que justificasse seu uso (TSCHUDI, 1980: 191). Não se quer dizer com isso que a situação fosse a ideal para os colonos: os abusos foram muitos e severos. No entanto, a condição de homem livre se expressava claramente quando faziam valer sua liberdade pelas representações, ofícios e reclamações que realizavam.

Finalmente, a utilização do sistema de parceria ainda na década de 1870 e a permanência de seus mecanismos contratuais fundamentais podem apontar a existência de um equilíbrio razoável, mas que falhava pelas dificuldades de sua aplicação efetiva.

Perspectivas diferenciadas sobre os contratos: um estudo quantitativo

Conforme abordado anteriormente, o cerne do sistema de parceria estava em dois princípios: (i) endividamento inicial, funcionando como uma forma de controle para que o colono fornecesse seu trabalho pelo máximo de tempo possível; (ii) meação das receitas da produção anual como forma de divisão dos resultados do trabalho. Tais princípios são encontrados tanto no contrato de 1847 quanto naqueles vigentes na década de 1870. Assim, justifica-se um estudo da composição das dívidas dos primeiros colonos alemães: os fundamentos empregados com eles são semelhantes àqueles que permaneceriam três décadas depois. Simultaneamente, a maximização, pelo proprietário, do tempo que o colono

permanecia em sua fazenda estava claramente condicionada a que o colono não se desinteressasse pela produção, daí a necessidade de incentivos que contrabalançassem os controles.

Duas alterações contratuais podem ser ressaltadas como as principais causas da piora relativa na situação dos colonos contratados nas levas posteriores a de 1847, justamente pela diminuição de seus incentivos: (i) cobrança de comissões por membros familiares; e (ii) instituição de uma cobrança de \$400 rs. por arroba de café colhido, como contribuição do colono enquanto não fosse capaz de beneficiar seu próprio café. Outro ponto recorrente de atrito referia-se aos pesos e medidas com os quais eram computados os resultados das colheitas dos colonos (DAVATZ, 1972: 61-69, 198-199; PERRET-GENTIL, 1851: 99-101).

Na discussão que se segue, serão abordados cenários e modelos considerando esses três pontos de disputas.

Primeiramente, é realizado estudo econométrico que busca discutir alguns dos pressupostos vistos como relevantes pela literatura para o estudo do sistema de parceria. Em seguida, é realizado um estudo do saldo de cada uma das famílias alemãs pioneiras de 1847, utilizando tanto os pesos e medidas calculados com base na visão que os colonos tinham de seus contratos quanto aqueles utilizados pela fazenda. Será possível observar, a partir daí, o diferencial entre as expectativas das famílias e o que efetivamente lhes cabia pelos cálculos da fazenda. Posteriormente, será elaborado um cenário hipotético, no qual é simulada a cobrança das comissões e da contribuição de \$400 rs. por alqueire de café colhido sobre as famílias pioneiras de 1847: isso mostrará o ônus representado por essas cobranças, de modo a explicitar se os resultados econômicos dessas famílias teriam sido muito diferentes caso esses mecanismos de endividamento tivessem sido aplicados também sobre elas.

Dados

Em seu relatório sobre as condições da colônia Senador Vergueiro o Vice-Cônsul Suíço, Carlos Perret-Gentil, elaborou uma tabela com dados econômicos de 72 famílias, a grande maioria delas pertencente à leva inicial de 1847 – embora houvesse ali também alguns portugueses, muito provavelmente remanescentes da experiência de 1842 – (PER-

RET-GENTIL, 1850: 88)¹¹. Apesar do relatório do Vice-Cônsul possuir um viés claro em função de sua ligação com Vergueiro & Cia. – ligação econômica tal que o levou à diretoria da Ibicaba –, a tabela da situação econômica não parece ter sido alterada devido a esse viés: 52 das 72 famílias apresentavam um saldo negativo e o saldo total, somados todos os créditos e débitos de todas as famílias, chegava a -6,364\$325.00 rs. Assim, o inegável viés de Carlos Perret-Gentil parece estar em suas interpretações, não nos dados que apresenta.

O referido documento traz o nome dos chefes das famílias, total de membros, quantidade de filhos, profissão, dívida inicial em 1847, total de cafeeiros cultivados pela família, número de vacas e cavalos possuídos, colheitas de café (em alqueires) para 1847-1850, adiantamentos realizados em 15 de março de 1850 e, finalmente, o saldo em 1850.

Com esses dados, foi possível calcular anualmente os saldos das famílias imigrantes. Para tanto, foram realizadas as seguintes operações, para cada um dos quatro anos para os quais há dados de colheita. Inicialmente, fez-se a conversão dos alqueires de café colhido para libras de peso. Colonos e proprietários alegavam medidas de peso diferentes para cada alqueire de café colhido, o que leva a diferenças significativas em termos de produção anual. Obteve-se, então, o preço do café por quilo para os anos de 1847-1850, o qual foi convertido para o preço por libra¹². Com a produção e os preços em libras, torna-se possível calcular as receitas totais de cada uma das famílias.

Uma vez calculada a receita total, é possível determinar a receita que cada família obtinha a partir da parceria. Para tanto, foram utilizados os dados fornecidos por Thomas Davatz com referência ao relatório do Doutor Heusser: a cada arroba de café, cobrava-se, em 1856: (i) 1\$040 rs. para o custo de transporte; (ii) 3% sobre o preço da arroba para custear a comissão de venda; (iii) \$030 rs. por arroba de imposto em Cuba-tão (DAVATZ, 1972: 65)¹³. Finalmente, um valor adicional de \$400 rs. por

¹¹ Tabela *in* HEFLINGER, 2009, : 30-31.

¹² Dados obtidos a partir da série “Preço médio - café - quilo - Réis - Outras fontes, inclusive compilação de vários autores - HIST_CAFEPM” – IPEA, *in* <www.ipeadata.gov.br>, acessado em 04.02.2011.

¹³ Há aqui uma hipótese forte que deve ser explicitada e com a qual se deve ter cautela: os dados fornecidos pelo Dr. Heusser referem-se ao ano de 1856, mas foram utilizados como base de cálculo para o período 1847-1850. Embora os custos de

arroba era cobrado com base no artigo 5º, parágrafo 4, do contrato de 1850, cláusula que inexistia em 1847; a última análise da seção 4.3 trata do ônus que esta cobrança, inexistente em 1847, poderia ter representado à época. Com esses custos deduzidos da receita total, basta dividir o resultado por dois (a meação) para obter a receita de cada família, para cada ano, a partir do sistema de parceria. O saldo de cada período final é computado como o saldo naquele ano somado ao saldo do período imediatamente anterior – para 1847, são deduzidas as dívidas iniciais da receita daquele ano.

Além desses pontos, o artigo 3º, parágrafo 5, do contrato de 1847 obrigava o colono a “Pagar a Vergueiro a sobredita quantia de ...rs, que depois de dousannos vencerá a juro da lei na parte, que não estiver paga, e a importância das quantias adiantadas, conforme o artigo 2, parágrafo 4, com o respectivo juro depois de um anno” (PERRET-GENTIL, 1851: 99-101). Isso significa que, para 1849-1850, deve-se acrescentar 6% sobre o débito. O contrato não informa sobre juros a crédito, embora os colonos revoltosos de 1856 tenham mencionado esse direito; além disso, em relatório de 1858 os administradores da Ibicaba fazem referência a famílias com dinheiro a crédito na fazenda¹⁴. Portanto, a partir de 1849 o saldo é calculado como: $(Receita_Parceria)_t + (Saldo)_{t-1} + (Saldo)_{t-1} \star 0.06, t = 1849, 1850$.

Com base nisso, foi possível calcular a evolução das dívidas dos colonos ao longo desses quatro primeiros anos de experimentação da parceria, questionando se efetivamente o sistema estava fadado ao fracasso por seus próprios mecanismos, ou se falhou em função de fazendeiros e colonos não encontrarem, na prática das relações cotidianas, um equilíbrio potencialmente existente. Com isso é também possível traçar cenários alternativos para pensar como alterações de incentivos e controles modificavam as chances de fracasso e sucesso; isso é feito, particularmente, na seção 4.3, na qual o saldo das famílias é calculado pelo método acima, mas considerando diferentes perspectivas sobre os pesos e medidas a serem utilizados no cômputo dos resultados econômicos.

transporte possam ter variado no período, de outro lado, é razoável a suposição de que a comissão e o imposto tenham se mantido relativamente constantes.

¹⁴ “Anexo N. 1 – Relação dos Colonos entrados para a Colônia Senador Vergueiro desde a sua fundação, e que sahirão com saldo a favor, conforme a lista apresentada pelo empresário”, in HEFLINGER, 2009: 62.

Colônia Senador Vergueiro, 1847-1850: uma análise econométrica

Nesta seção, são utilizados exclusivamente os dados relatados na tabela de Perret-Gentil para o estabelecimento de modelos econométricos, que visam testar algumas hipóteses levantadas pela literatura acerca das condições do sistema de parceria e da influência dos imigrantes germânicos em São Paulo.

A primeira discussão refere-se à profissão dos chefes das famílias alemãs e o efeito disto sobre a produtividade de tais famílias no meio agrícola.

Sobre esta questão, é frequentemente salientado o problema do engajamento, na Europa, de indivíduos cujas profissões não estavam ligadas diretamente à agricultura, o que supostamente tornaria suas famílias menos aptas para o trabalho na lavoura cafeeira, diminuindo sua produtividade¹⁵. Tal argumento é utilizado, principalmente, nos documentos primários, em especial os comentários do próprio Senador Vergueiro acerca das primeiras experiências com a imigração alemã: nas palavras do Senador, entre os pioneiros de 1847 havia certo número de artífices que desanimaram com o trabalho na lavoura. Foram então estabelecidas oficinas na própria fazenda, mas esse não era o objetivo do processo de imigração e nem agradava por completo o colono (HEFLINGER, 2009: 40-41). Vale observar, por outro lado, que nem todos os fazendeiros ou colonos observavam essa diferença entre a profissão exercida na terra natal e aquela a que se dedicavam no Brasil como um problema. Luiz Antonio de Souza Barros, no ofício descritivo de sua Colônia S. Lourenço, assim se expressou: “[...] quanto aos officios, apesar de houverem muitos que são pedreiros, carpinteiros, ferreiros etc., nem um trabalha se não na lavoura do café, porque todos conhecem bem que nada lhes pode dar o lucro correspondente a esta lavoura”¹⁶.

Na historiografia, esse ponto é levantado de maneira primordial por Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à obra de Thomas Davatz. Seu principal argumento pode ser resumido quanto ao tipo de agricultura

¹⁵ Sobre a relação entre produtividade dos colonos e sua origem não rural nos Estados alemães e Cantões suíços, vide especialmente BUARQUE DE HOLANDA: XV-XVIII, XXXIII *in* Davatz, 1972; DEAN, 1977: 98; PERRET-GENTIL, 1851: 75-88; HEFLINGER, 2009: 40.

¹⁶ Ofício de Luiz Antonio de Souza Barros ao Presidente da Província José Antonio Saraiva – São Paulo, 24.01.1855 – APESP: Lata C07213 – Colônias.

praticada na área de expansão cafeeira: com condições de produção completamente diferentes daquelas vigentes nos Estados alemães ou nos Cantões suíços, a origem rural de uma família teria pouco efeito sobre sua capacidade produtiva, afinal os colonos, mesmo que agricultores em suas regiões de origem, não podiam aplicar em São Paulo as mesmas técnicas que utilizavam na Europa¹⁷.

O primeiro modelo para testar essa hipótese traz como variável explicada o saldo das famílias em 1850 e, como explicativa, uma *dummy* de profissão não agrícola: a variável assume valor igual a um quando o chefe da família é mencionado em uma atividade não rural e valor zero, caso contrário. Pela Tabela 1 (em anexo), observa-se que a profissão não possui qualquer efeito estatisticamente significativo sobre o saldo. Por outro lado, ao se considerar a produção das famílias, obtém-se um cenário diferenciado: os modelos da Tabela 2 tomam como variáveis explicadas o número de cafeeiros e as colheitas, de 1847 a 1850. A variável explicativa é novamente a *dummy* de profissão, que passa a ser significativa a alguns níveis razoáveis para as variáveis de colheita a partir de 1849.

Assim, a variação do saldo das famílias que possuíam chefes que exerciam atividades não agrícolas não diferia das demais famílias. No entanto, a sua produção em alqueires colhidos, em média, era menor. Esse diferencial só pode ser explicado, então, por outras formas de obtenção de renda por essas famílias, com a qual pudessem saldar seus débitos. E tal explicação está na possibilidade que lhes era dada, pelo Senador Vergueiro, de desenvolver outras atividades na própria fazenda ou fora dela que estivessem relacionadas às suas profissões de origem.

Para concluir, é necessário observar o efeito da profissão relativamente à produtividade das famílias, que pode ser medida em termos da razão (*Colheita/Cafeeiros_Cultivados*). Aqui, novamente, não se observa qualquer significância estatística. Portanto, o diferencial na colheita não se explica pela inaptidão do colono não rural às atividades agrícolas paulistas. Se assim o fosse, os mesmos diferenciais deveriam ser observados na produtividade da família, o que não ocorre (WITZEL DE SOUZA, 2011: 82-83). Há aqui, portanto, uma corroboração da hipóte-

¹⁷ TSCHUDI (1980: 154) observa, por exemplo, que a fazenda do Marquês de Monte Alegre, entre Piracicaba e Capivari, era uma das únicas em toda a Província de São Paulo a utilizar o arado, apesar da topografia muito propícia.

se de Buarque de Holanda: o não diferencial no saldo não pode ser explicado pelo diferencial na produtividade, já que isso não se observava, mas tão somente pela possibilidade de obtenção de renda em outras atividades que não a agrícola.

Na sequência, serão estimados modelos relativos às variáveis de dívida e de produção, de modo a testar mais diretamente os mecanismos contratuais do sistema de parceria.

O modelo mais básico que se pode determinar aqui é uma regressão do saldo em 1850 contra a dívida inicial das famílias, reportada na Tabela 1.

O coeficiente da dívida inicial é economicamente muito relevante: 1\$000 rs. adicionais de dívida inicial significariam um saldo menor em \$677 rs. quatro anos depois, um ônus realmente significativo que mostra que o mecanismo de controle do sistema de parceria funcionava bem, dado que se está capturando aqui o efeito parcial da dívida inicial, sem levar em conta outro mecanismo fundamental de controle: o endividamento ao longo do tempo. Apenas como corroboração, um modelo nível-log reporta que uma dívida inicial 1% maior implica uma variação em -103\$717 rs. no saldo em 1850. O mesmo modelo foi repetido dividindo, para cada família, a sua dívida em 1847 e o seu saldo em 1850 pelo número de membros familiares, de modo a levar em consideração a influência dual de uma família maior (que representava mais braços para a lavoura, mas uma dívida inicial também maior); os resultados são apresentados na Tabela 3.

Observados os mecanismos de endividamento, é necessário considerar agora o segundo ponto fundamental do sistema de parceria: a meação. Na sequência, são feitas algumas considerações sobre a relação entre os resultados econômicos obtidos pelos colonos e a evolução de sua produção nos quatro primeiros anos de trabalho. Os resultados estão reportados nas Tabelas 4 e 5.

Ao especificar um modelo de colheita em alqueires de café contra o número total de cafeeiros cultivados – isto é, pés de café sob a responsabilidade de uma família – observa-se que os coeficientes são estatisticamente significantes e seguem a direção esperada: quanto mais cafeeiros, maior a colheita. No entanto, um fenômeno digno de nota ocorre quando ponderamos as variáveis pelo número de membros de uma família: assim, ao considerar a relação entre a *Colheita*_{*t*}/Número de pes-

soas na família e o Número de Cafeeiros/ Número de pessoas na família, observa-se que, para os dois primeiros anos, os coeficientes são estatisticamente não significantes, mas que nos dois últimos anos disponíveis passam a sê-lo, da maneira esperada. Isso pode decorrer de dois aspectos: (i) o contrato de 1847 estipulava em seu artigo 2º, parágrafo 2, que Vergueiro & Cia. comprometia-se a “Entregar ao mesmo colono a porção de cafeeiros, que elle possa cultivar, colher, e beneficiar” (PERRET-GENTIL, 1850: 99). É possível que o número de cafeeiros atribuído a cada família tenha se alterado ao longo desses quatro anos, ajustando-se à sua produtividade maior ou menor; (ii) tal ajustamento de cafeeiros cultivados por família pode estar relacionado à adaptação dessas às condições de trabalho agrícola nas lavouras paulistas. Por esse motivo, apenas para os dois últimos anos da amostra é que se observa uma relação estatisticamente significativa entre essas variáveis – trata-se, portanto, de uma questão de adaptação das famílias às condições de trabalho.

Ainda quanto ao tema da produção e meação a Tabela 5 traz a relação entre o saldo em 1850 e os alqueires de café colhidos no período 1847-1850. Digno de nota é a não significância estatística da colheita de três anos (em quatro). Isso pode ser explicado, em parte, pela elevada autocorrelação existente entre as variáveis explicativas. No entanto, há também a influência de certos fatores conjunturais. Em primeiro lugar, a produção de 1847 deve ter se iniciado antes da chegada dos imigrantes, de modo que as famílias não tiveram tempo para cultivar adequadamente seus cafeeiros; já a produção de 1850, ainda não estava computada no saldo da fazenda, pois o saldo calculado por Perret-Gentil é de março, e a apuração na fazenda ocorria apenas em agosto; finalmente, a não significância estatística da colheita de 1849 explica-se pelos péssimos resultados daquele ano, em termos de produção real, comparativamente aos anos anteriores¹⁸.

Esse tipo de situação levanta a possibilidade de um problema na estrutura do sistema de parceria. Thomas Davatz já havia discutido com clareza as diversas incertezas às quais estava sujeita a produção anual de

¹⁸ A média para 1849, por exemplo, foi de apenas 177,75 alqueires, comparado a 207,52 para 1847, 303,54 para 1848 e 4447,74 para 1850. Além disso, o valor máximo para 1849 foi de apenas 923,75 alqueires, comparados aos valores máximos de 1116 em 1847, 2203 em 1848 e 2421,75 em 1850.

um cafezal, dependente de condições naturais complemente fora do controle das famílias imigrantes (DAVATZ, 1972: 17). Efetivamente, inexistiam nos contratos quaisquer formas de proteção ao colono no caso de adversidades ou de baixa produção por conta de elementos alheios às suas capacidades. Anos semelhantes a 1849 poderiam voltar a se repetir e implicar uma dívida crescente – ou, ao menos, uma incapacidade de diminuição dos débitos, o que, inevitavelmente, funcionava como um mecanismo de desincentivo.

Cabe agora uma avaliação de outros incentivos providos aos colonos, além da meação como meio para saldar os débitos. Existiam benefícios marginais cujo objetivo era fazer com que o colono se interessasse em permanecer na fazenda, condicional a que tais incentivos não o desestimulassem à sua atividade fundamental, isto é, ao cultivo e colheita dos cafezais. Os artigos 2º, parágrafo 3, e o 5º do contrato da década de 1847 eram as principais fontes de incentivos marginais, pois permitiam ao colono cultivar determinada área, cuja produção seria utilizada para subsistência ou para venda, sendo que neste último caso deveria compartilhar metade do resultado com o proprietário¹⁹. Infelizmente, no relatório de Perret-Gentil não há dados sobre outras produções que não a de cafeeiros, mas há um indicador dos incentivos: o número de vacas e cavalos pertencentes a cada família alemã. Nos relatos enviados à Europa era frequente a menção à compra de animais como prova de uma vida faustosa a ser encontrada no Brasil. Além disso, a posse de vacas significava a possibilidade de venda de leite e derivados, cuja indústria fora introduzida por esses imigrantes para o abastecimento de cidades como Rio Claro e Limeira (DEAN, 1977: 98; TSCHUDI, 1980: 193).

Para testar a efetividade desse mecanismo, foi proposto um modelo quadrático das variáveis “número de vacas” e “cavalos” e seu efeito sobre o número de cafeeiros cultivados. A ideia de um modelo quadrático como este é o de que a posse de mais animais estimularia os indivíduos a cultivarem mais cafeeiros, já que isso lhes daria maiores ganhos; no

¹⁹ Correspondentes aos artigos 4º, parágrafo 4, e 7º do contrato da década de 1850. Na prática, eram raros os fazendeiros que faziam valer o direito sobre a metade do produto de subsistência vendido, seja pela dificuldade de computar os resultados, seja pelo pouco retorno que isso poderia prover. De fato, era frequente apontarem o não cumprimento desta cláusula como uma prova de sua benevolência para com os colonos.

entanto, há um ponto de máximo, a partir do qual os indivíduos preferirão cuidar apenas de seus animais, diminuindo a produção. Os resultados encontram-se na Tabela 6. Nota-se que, a partir da quarta vaca possuída, há um desincentivo à produção no cafezal²⁰; nesse caso, poderia ser mais interessante à família alemã dedicar-se à pequena indústria doméstica de laticínios. É notável ainda a elevada significância estatística desses dois coeficientes. Para os cavalos, que poderiam ser apontados mais como status social que como um ativo de produção, vê-se que os coeficientes são estatisticamente não significantes.

Para concluir, foi proposto um modelo amplo com o conjunto de todas as variáveis consideradas nos modelos anteriores. Assim, regressiu-se o saldo em 1850 contra as variáveis: número de membros familiares, quantidade de adultos, *dummy* de profissão, adiantamentos em 1850, colheitas para os anos de 1847 a 1850, número de vacas possuídas, quadrado do número de vacas, número de cavalos possuídos e termo quadrático da variável número de cavalos. Os resultados são apresentados na Tabela 7. Os coeficientes estatisticamente significantes a 5% são: (i) dívidas iniciais, cujo potencial aumentou relativamente ao modelo anterior; (ii) colheita em 1847, que anteriormente não era significativa; (iii) colheita em 1848.

Pelo modelo geral, fica claro que o mecanismo fundamental de controle do sistema de parceria funcionava conforme o esperado. Além disso, quando são considerados os efeitos parciais das colheitas de 1847 e 1848, tem-se que os mecanismos de quitação dos débitos também eram minimamente adequados. Portanto, os dados apontam no sentido de que os contratos, ao menos aqueles vigentes em 1847, conseguiam cumprir seus objetivos, tanto em termos de controle quanto de incentivos: um equilíbrio de interesses de ambas as partes que ainda poderia ser aperfeiçoado, mas que apresentava os requisitos mínimos para manter-se.

Um contrato, duas leituras: expectativas diferenciadas de colonos e fazendeiros

As disputas entre colonos e fazendeiros sobre seus contratos envolviam diretamente a questão dos pesos e medidas utilizados na averiguação

²⁰ Na realidade, apenas 8 famílias possuíam duas vacas; 33 outras possuíam somente uma.

dos resultados da produção das famílias. Uma das queixas mais extensamente discutidas por Thomas Davatz refere-se à interpretação do artigo 5º, parágrafo 4 (DAVATZ, 1972: 63-69, 198). Nele, é explicitado que os colonos deverão contribuir, para o beneficiamento, com \$400 rs. por arroba de café colhido, que é igualada a três alqueires. Os colonos, por outro lado, alegavam que três alqueires correspondiam a uma quantidade maior que apenas uma arroba. Davatz diz ter realizado uma pesagem pela qual verificou que um alqueire de café seco correspondia a 23 libras; outro colono calculara o mesmo, mas com os cafés em cereja, para os quais um alqueire correspondia a 19,5 libras. Já para a administração da fazenda, que realizava o cômputo com base na cláusula acima, uma arroba correspondia a três alqueires, o que significa, em termos de peso, que três alqueires corresponderiam a 32 libras (ou seja, 1 alqueire = 10,67 libras)²¹.

Voltando aos métodos explicados na seção 4.1, é possível calcular os saldos das famílias com cada um desses pesos e medidas. A diferença entre os saldos calculados com essas medidas diversas é realmente notável. Antes de analisá-las, no entanto, uma ressalva: tomando por base as medidas da fazenda, os cálculos ainda diferem razoavelmente dos saldos efetivamente observados. Esse viés positivo do saldo calculado se deve a duas razões: (i) erros de cálculo; (ii) desconsideração dos adiantamentos que cada família recebeu ao longo dos anos 1847-1850, tanto em dinheiro quanto em víveres. Os valores dos adiantamentos estão disponíveis nos dados apenas para o ano de 1850. No entanto, sua enorme variação entre as famílias e ao longo do tempo para uma mesma família torna inviável a extrapolação desses valores para os anos anteriores, por isso, não foram considerados, e daí decorrem as diferenças entre o valor calculado e o valor real dos saldos.

A Tabela 8 traz as estatísticas dos saldos calculados tanto a partir das medidas dos colonos quanto daqueles que eram empregados pela administração da Ibicaba. O ponto fundamental que se pretende discutir refere-se à diferença entre os dois primeiros saldos calculados e o terceiro. Observa-se que, sob sua interpretação dos contratos, os colonos

²¹ Davatz menciona ainda que os próprios colonos mais antigos – entre os quais possivelmente estavam alguns dos pioneiros de 1847 – também haviam realizado experiências análogas, chegando à conclusão de que um alqueire correspondia a uma média de 19 a 21 libras; Davatz, 1972: 64.

tinham a expectativa de se livrarem de suas dívidas em um período muito mais curto do que aquele que poderia interessar ao proprietário.

A primeira parte da Tabela 9 informa quantas famílias, a partir de cada um dos sistemas de cálculo, estariam com saldos positivos nos anos referidos (excetuando-se aquelas famílias com saldo zero, em função de não terem adquirido uma dívida inicial e de não terem produzido).

Decorrem dessa análise duas conclusões fundamentais.

A primeira é a de que o mecanismo de controle por adiantamentos monetários e em gêneros funcionava de maneira efetiva, já que a diferença entre o saldo calculado com base nos dados da fazenda e o saldo efetivo deve-se em grande parte ao não cômputo desses adiantamentos.

A segunda é a de que as expectativas dos colonos estavam, sob larga medida, em desacordo com a realidade: por seus cálculos, cerca de 85% das famílias estariam livres das dívidas em um prazo de quatro anos; na realidade, apenas 23% delas possuíam saldo positivo em 1850. De fato, isso confirma o que a literatura sobre este período da imigração enfoca frequentemente: os desincentivos sentidos por diversas famílias que não encontravam nas condições reais de trabalho a promessa que lhes era pintada na Europa.

Assim, é razoável a suposição de que não era o sistema de parceria propriamente a causa do descontentamento entre as partes. De um lado, o fato de praticamente $\frac{1}{4}$ das famílias estar livre de dívidas em quatro anos é sinal de um potencial de sucesso para os imigrantes; de outro, o saldo efetivamente observado demonstra que os fazendeiros obtinham o trabalho da família imigrante por um prazo suficiente para justificar seus gastos de engajamento²². Havia, portanto, certo equilíbrio. No entanto, as percepções das partes eram conflitantes: os colonos tinham expectativas de verem-se livres em um prazo significativamente menor daquele que poderia interessar aos proprietários, ao mesmo tempo em que estes eram inaptos a lidarem com as insatisfações que tais diferentes percepções geravam.

O que se depreende daqui é uma adequação estrutural do sistema de parceria, mas uma falha em sua aplicação: os mecanismos encontra-

²² Note que isso corrobora os cálculos de Warren Dean em sua discussão sobre a viabilidade das hipóteses de Emilia Viotti da Costa. DEAN, 1977: 108-110.

vam-se relativamente equilibrados, mas as partes tinham dificuldades em estabelecer relações claras entre si. A não participação dos colonos nos cálculos dos resultados, a não revisão das expectativas por parte dos imigrantes e a inépcia dos fazendeiros em alterar essas percepções de maneira que não se transformassem em desincentivos são apenas algumas daquelas dificuldades.

Embora tenha sido observado que o contrato de 1847 trazia mecanismos relativamente bem equilibrados, ocorreram alterações fundamentais nos contratos da década de 1850, período a partir do qual Vergueiro & Cia. passou a engajar trabalhadores para diversas fazendas.

O objetivo agora é discutir o ônus representado pelas novas medidas de endividamento que passaram a valer a partir de então: a cobrança da comissão por membro familiar e os quatrocentos réis pelo beneficiamento da arroba de café. Evidentemente, em 1847 ambas ainda não eram aplicadas, mas é possível refazer o exercício anterior com esses valores adicionais para observar como se alterariam os saldos se tais medidas fossem aplicadas já em 1847. Ou seja, deseja-se estudar quantitativamente a efetividade dessas novas medidas de controle que seriam estabelecidas sobre os imigrantes.

Infelizmente, não foram encontrados dados completos para as famílias em questão, de modo que não é possível determinar as idades de cada um dos membros familiares. Para contornar esse problema e calcular os valores das comissões foi realizada a hipótese de que 50% dos filhos dos casais seriam maiores de 8 anos e os demais, menores²³. Também deve ser notado que, para o cálculo da contribuição, foi sempre considerado que uma arroba corresponde a três alqueires, conforme o contrato – a queixa dos colonos não era que essa cláusula fosse aplicada no caso específico do beneficiamento, mas que o fosse ao cômputo de sua produção.

A segunda parte da Tabela 9 reporta o número de indivíduos livres de dívida a partir dos três métodos e leva em consideração a comissão de engajamento e a contribuição ao beneficiamento do café. Comparativamente à primeira parte da tabela, observa-se que esses dois novos mecanismos possuíam efetividade, afinal, as novas medidas contratuais,

²³ Para famílias com um número ímpar de membros o filho intermediário é sempre considerado como maior de 8 anos.

caso aplicadas aos contratos de 1847, teriam tido o efeito de fazer com que duas ou três famílias permanecessem por um período maior na fazenda; ou seja, o ônus era suficiente para garantir a permanência na fazenda por um prazo maior. O efeito disso sobre os imigrantes era certamente potencializado no momento em que muitos deles percebiam estar arcando com custos que não eram explicitados em seus contratos

Conclusões

O presente trabalho buscou ser uma primeira aproximação, a partir de modelos econométricos e análises quantitativas, das questões suscitadas pelo sistema de parceria e seus efeitos econômicos sobre a formação do mercado de trabalho livre.

Merecem destaque algumas evidências relativamente conclusivas acerca da efetividade dos mecanismos de incentivo e controle presentes nos contratos de parceria.

Em primeiro lugar, notou-se que os mecanismos de controle funcionavam adequadamente – sobretudo, que as dívidas iniciais eram fortemente significantes, tanto sob uma perspectiva estatística quanto econômica. Além disso, o diferencial das dívidas calculadas pelos diversos métodos e a dívida real em 1850 sinaliza que os controles exercidos a partir do endividamento ao longo do tempo também possuíam efetividade. Finalmente, as alterações contratuais pelas quais passou o sistema de parceria na década de 1850 geraram novos controles também efetivos.

Os mecanismos de incentivos, por sua vez, sobretudo aqueles relacionados ao cultivo de subsistência nas fazendas, reagiram exatamente como previa a teoria: existe um ponto ótimo de incentivos marginais, a partir do qual os colonos seriam instados a se especializarem apenas no cultivo de gêneros de subsistência, diminuindo a produção principal, nos cafezais.

Também foi discutido que anos de baixa produção expunham os imigrantes a condições desvantajosas, em relação às quais não encontravam qualquer proteção em seus contratos. Isso realmente pode ser apontado como uma falha de caráter estrutural do sistema de parceria.

No entanto, as discussões acima apontam que existia a possibilidade de alcançar-se um equilíbrio nos mecanismos de incentivo/controlé contratuais, caso houvesse a possibilidade de se levar adiante o sistema e condicional a que as relações trabalhistas com os colonos começassem a ser observadas de maneira diversa àquela vigente.

Finalmente, foram observadas as expectativas exageradas de grande parte dos colonos relativamente ao prazo em que permaneceriam nas fazendas, fruto das interpretações que faziam de seus contratos, as quais não eram corroboradas pelas administrações das fazendas.

Considerando o conjunto desses pontos, é razoável concluir que a experiência com o trabalho livre de alemães e suíços encontrou suas principais barreiras não nos mecanismos contratuais em si, mas, pelo contrário, na inaptidão de se criar relações trabalhistas que tivessem por base o fiel cumprimento daqueles contratos, ou que visassem esclarecê-los aos trabalhadores, adaptando-os, quando necessário, para que as incertezas não se transformassem em desconfiança mútua e culminassem em conflitos.

Referências bibliográficas

Documentos e Fontes de Dados

- Lata C07212 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.
Lata C07213 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.
Lata C07214 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.
Lata C07755 - Ministério dos Negócios Estrangeiros - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.
Lata C6045 - Contratos e Ordens de Serviço e Compra- **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Bibliografia

- ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre meios de promover a colonização**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.
- Almanak de S. João do Rio Claro para 1873/ organizado por Thomaz Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa**. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1873. Ed. fac-similar: São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1981.

- CALÓGERAS, Pandiá. **A Política Externa do Império: Da Regência à Queda de Rosas**, vol. 3. Senado Federal: Biblioteca Básica Brasileira, 1998.
- COSTA, Emília Viotti. **Colônias de Parceria na Lavoura de Café: Primeiras Experiências. In Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**, 6th ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- DEAN, Warren. **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HEFLINGER Jr., José Eduardo, 2007. **Ibicaba – O Berço da Imigração Européia de Cunho Particular (Die Wiege der Privat Organisierten Europäischen Einwanderung) - Portugiesisch/Deutsch**. Limeira: Editora Unigráfica, 2007.
- HEFLINGER Jr., José Eduardo, 2009. **A Revolta dos Parceiros na Ibicaba (The Rebellion of the Sharecroppers in Ibicaba) - Portugiesisch/Englisch**. Limeira: Unigráfica, 2009.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In Thomas Davatz. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- PERRET-GENTIL, Carlos. **A Colonia Senador Vergueiro**. Santos: Typographia Imparcial, 1851.
- TSCHUDI, J.J. Von. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 14.
- WITTER, José Sebastião. **Ibicaba, uma Experiência Pioneira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1982. Coleção Teses e Monografias, vol. 5.
- WITZEL DE SOUZA, Bruno Gabriel. **Liberdade ou Grilhões? Um Estudo dos Contratos de Parceria à Luz da Imigração Germânica em São Paulo, 1840-1870**. TCC: FEA-USP, 2011.

Anexo - Tabelas: modelos econométricos e análises quantitativas

Tabela 1 – Modelos Univariados em relação ao Saldo em 1850

Var. Dep.: Saldo em 1850		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor
Profissão	-13893.58	0.800
Dívida em 1847	-0.676756	0.002

Nota 1: Cada entrada refere-se a um modelo univariado.

Tabela 2 – Modelos Univariados contra a Profissão

	Var. Dep.		Var. Dep.		Var. Dep.		Var. Dep.		Var. Dep.	
	Caféiros Cultiv.		Colheita 1847		Colheita 1848		Colheita 1849		Colheita 1850	
Var. Ind.	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
Profissão	-940.37	0.136	-69.164	0.19	-142.46	0.07	-90.587	0.05	-183.69	0.056
					*		*		*	

Nota 1: Cada entrada refere-se a um modelo univariado.

Nota 2: * Refere-se a modelos corrigidos para heteroscedasticidade (nível de significância a 5% para o teste de heteroscedasticidade).

Tabela 3 – Modelo Univariado: Saldo por Membro Familiar Relativamente à Dívida por Membro Familiar

Var. Dep.: Saldo_1850/(Membros)_i		
Var. Ind.	Coeficiente	P-valor
$Dívida_{1847} / Membros_i$	-0.372097	0.000

Nota: Neste modelo, as variáveis foram ponderadas pelo número de membros correspondentes.

Tabela 4 – Modelos Univariados: Variáveis de Produção Relativamente a Cafeeiros Cultivados

Var. Dep.: (Colheita)t								
Var. Ind.:	t = 1847		t = 1848		t = 1849		t = 1850	
	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
Cafeeiros Cultivados	0.039334	0.000	0.061672	0.000	0.037133	0.000	0.10079	0.0000
	*		*				*	
Var. Dep.: (Colheita)t/(Membros)i								
Var. Ind.:	t = 1847		t = 1848		t = 1849		t = 1850	
	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
(Cafeeiros)/(Membros)i	0.017122	0.262	0.025793	0.120	0.028513	0.010	0.057174	0.0000
	*		*					

Nota 1: * Refere-se a modelos corrigidos para heteroscedasticidade (nível de significância a 5% para o teste de heteroscedasticidade).

Tabela 5 – Modelo Multivariado: Saldo em 1850 contra Colheitas 1847-1850

Var. Dep.: Saldo_1850		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-Valor
Colheita_1847	70.78374	0.698
Colheita_1848	523.6122	0.000
Colheita_1849	-94.51738	0.535
Colheita_1850	-24.26909	0.813

Tabela 6 – Modelo Quadrático: Produção contra Propriedade de Animais

Var. Dep.: Cafeeiros Cultivados		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor
Vacas	4697.367	0.000
Vacas²	-1375.217	0.015
Cavalos	604.2851	0.576
Cavalos²	41.77596	0.923

Tabela 7 – Regressão Múltipla: Saldo_1850 Contra Todas as Variáveis

Var. Dep.: Saldo em 1850		
Var. Ind.	Coefficiente	P-valor
Membros	-12884.97	0.120
Adultos	9197.459	0.815
Profissão	37851.2	0.173
Dívida_1847	-0.9015813	0.000
Adiantamentos_1850	0.1140374	0.609
Colheita 1847	265.1378	0.039
Colheita 1848	440.1732	0.000
Colheita 1849	78.50383	0.458
Colheita 1850	-9.021611	0.905
Vacas	717.574	0.991
Vacas²	16336.83	0.603
Cavalos	-66111.06	0.295
Cavalos²	22037.49	0.386

Tabela 8 – Estatísticas dos Saldos Calculados

Variável	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Saldo Colonos – 1	72	737394.5	919946.3	-179776	5454178
Saldo Colonos – 2	72	587715.4	781113.1	-179776	4624194
Saldo Fazenda	72	209953.8	439235.2	-275452.7	2529474
Saldo Efetivo	72	-88393.4	240164.2	-433145	1042320

Nota 1: Saldos Colonos – 1 e 2 são calculados de acordo com as duas medidas de Thomas Davatz. Saldo Fazenda é calculado tomando por base a cláusula contratual que estipula a equivalência entre 3 alqueires e 1 arroba. Finalmente, Saldo Efetivo refere-se aos valores realmente observados nos saldos em 1850.

Tabela 9 – Número de famílias livres de dívidas: cálculos para os contratos de 1847 e para as alterações ocorridas na década de 1850

Contrato 1847					Contrato alterado – década de 1850			
Ano	Medida Colonos - 1	Medida Colonos - 2	Medida Fazenda	Efetivo	Ano	Medida Colonos - 1	Medida Colonos - 2	Medida Fazenda
1847	11	9	5	-	1847	10	8	4
1848	35	32	12	-	1848	34	25	7
1849	45	44	23	-	1849	45	40	19
1850	61	56	48	17	1850	58	55	45

Nota: Para o contrato de 1847, aplicaram-se os cálculos variando as medidas, observando-se, então, o número de famílias livres de dívidas e que haviam produzido no período. O mesmo exercício é repetido considerando-se as alterações ocorridas na década de 1850.

Tabela Resumo – Significados das Variáveis Utilizadas

Variável	Descrição
Saldo_1850	Saldo efetivo de cada família em 15 de Março de 1850.
Membros	Número de indivíduos compondo a família.
Profissão	<i>Dummy</i> : valor = 1 para famílias com chefes que exerciam profissão não agrícola.
Dívida_1847	Valor inicial da dívida da família de imigrantes.
Cafeeiros cultivados	Total de pés de café colhidos pela família.
(Colheita) _t , t= 1847-1850	Colheita, em alqueires, para cada ano considerado.
(Saldo_1850)/(Membros) _i	Razão entre o saldo e o número de membros familiares, com o objetivo de capturar a relação entre o saldo e a quantidade de membros.
(Dívida_1847)/(Membros) _i	Razão entre a dívida inicial e o número de membros familiares; objetivo análogo ao da variável anterior.
(Colheita) _t /(Membros) _i	Razão entre a colheita em cada ano e o número de membros familiares; objetivo análogo ao da variável anterior.
Cafeeiros/(Membros) _i	Razão entre o total de cafeeiros e o número de membros familiares; objetivo de demonstrar quantos cafeeiros podiam caber a cada um dos membros.
Vacas	Quantidade de vacas possuídas pela família.
Vacas ²	Termo quadrático da variável anterior.
Cavalos	Quantidade de cavalos possuídos pela família.
Cavalos ²	Termo quadrático da variável anterior.
Adultos	Mostra se a família era composta por um casal, por viúvos ou por indivíduos solteiros.

